



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

agente público, além de cumprir o princípio da motivação, inserido no art. 2º da Lei nº 9.784/99, e de permitir o controle do ato pelos interessados ou por qualquer cidadão.

Art. 57 da Lei n. 8.666/93, a duração dos contratos administrativos deve ficar adstrita à vigência dos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

...

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Nesse sentido, consta nos autos a justificativa da manutenção da locação no imóvel em questão, tendo em vista que as atividades pretendidas já são realizadas há 04 (quatro) anos no local, ratificando que a manutenção da locação, através do presente aditivo, será a opção que melhor e mais economicamente atenderá o interesse público, tendo em vista que as características do imóvel são peculiarmente favoráveis ao exercício das atividades executadas.

Consta nos autos ainda, uma avaliação de estimativa de valor de aluguel, emitido pela SESAN/PMA, comprovando a inexistência de sobre preço no valor do pactuado, garantindo assim vantajosidade e moralidade na manutenção do contrato.

Nesse sentido é sabido, pois, que o inciso II, art. 57, da Lei Nº 8.666/93 é perfeitamente aplicável ao presente caso, tendo em vista que o Tribunal de Contas da União, na Decisão TCU 828/2000, afirma que os contratos de locação firmados com a administração pública se caracterizam como serviço contínuo, admitindo a prorrogação por este fundamento, estabelecendo para tanto alguns requisitos. Vejamos:

Art. 57 da Lei n. 8.666/93, a duração dos contratos administrativos deve ficar adstrita à vigência dos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

...

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

PROCESSO Nº. 026/2018/SEGOV/PMA

INTERESSADO: SISTEMA DE ENSINO AMAZÔNIA LTDA - EPP.

ASSUNTO: ADITIVO (PRORROGAÇÃO) DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL REFERENTE AO CONTRATO Nº001/2014, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEGOV/PMA.

Parecer nº 310/2018-PROGE

Ananindeua - PA, 02 de maio de 2018.

**EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL DE PRAZO - SEM
ALTERAÇÃO DE VALOR - LOCAÇÃO DE IMÓVEL -
POSSIBILIDADE.**

Sr. Procurador Geral,

Trata-se de análise sobre a adequação jurídica na expedição do 2º Termo Aditivo ao Contrato n.º 001/2014/SEGOV/PMA, celebrado entre o Município de Ananindeua (SEGOV/PMA) e a empresa **SISTEMA DE ENSINO AMAZÔNIA LTDA - EPP**, CNPJ nº 11.194.010/0001-21, que tem por objeto a prorrogação por 12 (doze) meses, sem alteração de valor, do contrato firmado por meio de dispensa de licitação (art. 24, inciso X, da Lei n.º 8.666/1993) que avençou a locação de parte do Imóvel, assim descrito e localizado na "Rodovia BR-316, km 7, nº 590, Bairro do Coqueiro, em Ananindeua", para fins de instalação de salas de aula do Instituto Escola de Governo e Gestão Pública - IEGA.

É o que basta relatar. Segue análise.

I - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

Insta consignar que, o contrato poderá ser prorrogado de acordo com sua CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL por iguais, maiores ou menores períodos, de acordo com a conveniência das partes ou interesse público, observando-se as prescrições da lei federal nº 8666/93 e aplicando-se subsidiariamente as regras do direito privado. Consigne-se a inexistência de cláusula contratual que regule o reajuste inflacionário do contrato, pelo que seu valor é fixo.

Cabe registrar ainda que, conforme se depreende do §2º do art. 57, da Lei Nº 8.666/93, toda prorrogação de prazo deve ser justificada. A apresentação de justificativa, acompanhada dos pressupostos de fato e de direito, é eficaz aliada do



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA
GABINETE DO PROCURADOR GERAL**

administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Neste inciso Marçal Justen Filho, ratifica dizendo que:

“Serviços executados de forma contínua seriam aqueles cuja necessidade se prolonga por um período indefinido ou definido e longo, essencial ao atingimento de um objetivo de caráter indivisível, que não podem ser interrompidos, sob pena de causar prejuízo para a Administração”.

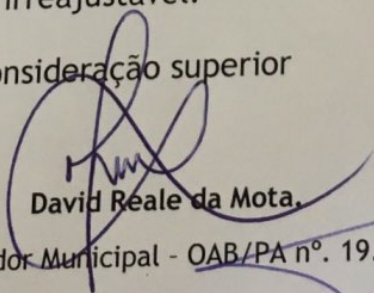
Dessa forma, é possível a prorrogação do contrato de locação em epígrafe, em razão da possibilidade de aplicação analógica do artigo 57. Inc. II da lei 8666/93, para que o contrato seja prorrogado por mais 12 meses, sem alteração de valor, nos moldes apresentados na minuta, até o limite legal de 60 (sessenta) meses.

CONCLUSÃO:

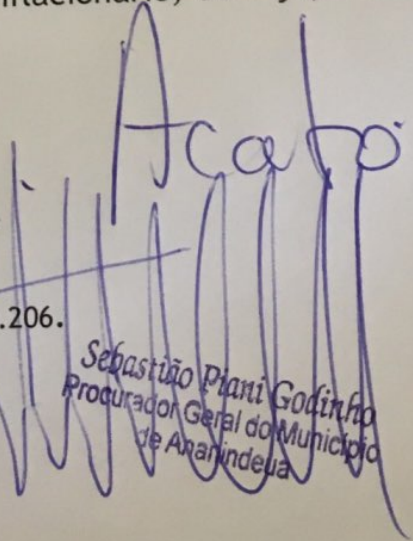
Pelo exposto, nos manifestamos pela viabilidade da realização do 2º aditivo contratual pretendido, nos termos da Minuta acostada, para renovação de 12 (doze) meses do contrato nº 001/2014-SEGOV/PMA, com a continuidade da locação de parte do Imóvel, localizado na “Rodovia BR-316, km 7, nº 590, Bairro do Coqueiro, em Ananindeua” para fins de instalação do Instituto Escola de Governo e Gestão Pública - IEGA, **sem alteração de valor**, com o deferimento desta Procuradoria Geral.

Sublinhe-se por oportuno, a inexistência de previsão contratual acerca da aplicação de índices setoriais para reajustamento inflacionário, ou seja, o valor da locação será sempre fixo e irreajustável.

É o Parecer à sua consideração superior


David Reale da Mota.

Procurador Municipal - OAB/PA nº. 19.206.


Sebastião Piani Godinho
Procurador Geral do Município
de Ananindeua